

POLÍTICA FISCAL

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em janeiro de 2023

De acordo com dados da execução orçamentária registrada no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, obtidos por meio do Tesouro Gerencial, que fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN),¹ o mês de janeiro de 2023 apresentou um superávit primário de R\$ 79,6 bilhões nas contas do governo central. Como mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 227,9 bilhões nesse mês, crescimento em termos reais de 6% quando comparado com janeiro de 2022, ao passo que a despesa totalizou R\$ 148,3 bilhões, acréscimo real de 10,8% na mesma base de comparação. No acumulado em doze meses até janeiro, o superávit primário está em R\$ 55,8 bilhões em valores desse mês, contra um déficit de R\$ 9,9 bilhões em igual período terminado em janeiro de 2022.

No último janeiro, a receita total apresentou um crescimento de 3,2%, fortemente impactado pelas receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e pelas receitas não administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento em termos reais de 11,9% e 12,6%, respectivamente, quando em comparação com o montante arrecadado em janeiro de 2022. As receitas administradas pela RFB não apresentaram variação significativa e as transferências legais e constitucionais a entes subnacionais tiveram uma redução de 13,3%, sempre em termos reais. Com isso, a receita líquida de transferências cresceu 6%.

Com relação à despesa total, ainda na tabela 1, em janeiro foi registrado um crescimento real de 10,8%, em relação ao mesmo período do ano passado, com destaque para a expansão das despesas com a previdência, no valor de R\$ 2,8 bilhões (4,7%), e das despesas sujeitas à programação financeira, no valor de R\$ 14,8 bilhões (72,9%). Os aumentos nesses itens foram parcialmente compensados pelas reduções de despesas com pessoal – R\$ 1 bilhão (-3,4%) – e em outras despesas obrigatórias – R\$ 2,1 bilhões (-8,3%) –, na mesma base de comparação.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe Martins

Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac/Ipea.

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 13 de fevereiro de 2023.

1. Conforme destacado em: <<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/07/estimativa-preliminar-do-resultado-primario-do-governo-central-em-junho-de-2022/>>.

TABELA 1

Governo central – resultado primário a preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)
	jan./2022	jan./2023		Até jan./2022	Até jan./2023	
1-Receita Total	250.238	258.363	3,2	2.193.508	2.372.855	8,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	176.676	175.838	-0,5	1.360.989	1.421.314	4,4
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-176	-57	-67,6
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.309	47.327	11,9	518.658	551.985	6,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	31.253	35.197	12,6	314.038	399.613	27,3
2. Transf. Por Repartição de Receita	35.122	30.435	-13,3	398.952	462.527	15,9
3. Receita Líquida (1-2)	215.117	227.927	6,0	1.794.556	1.910.328	6,5
4. Despesa Total	133.871	148.312	10,8	1.804.482	1.854.578	2,8
4.1 Benefícios Previdenciários	58.909	61.678	4,7	792.568	816.564	3,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29.367	28.354	-3,4	365.392	344.188	-5,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	25.295	23.188	-8,3	342.869	300.414	-12,4
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	20.300	35.092	72,9	303.654	393.412	29,6
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	81.246	79.615	-2,0	-9.926	55.750	-661,6

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A tabela 2 apresenta um detalhamento adicional da arrecadação. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em janeiro foi registrado um decréscimo real de arrecadação de R\$ 837 milhões (-0,5%) em relação ao mesmo mês do ano passado. Apesar dos aumentos nos recebimentos do Imposto de Renda – R\$ 9,9 bilhões (11,1%) –, Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) – R\$ 425 milhões (8,5%) – e Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) – R\$ 790 milhões (10,5%) –, totalizando um crescimento real de R\$ 11,1 bilhões (10,9%), esses foram insuficientes para compensar as reduções em outras receitas administradas no montante de R\$ 11,9 bilhões (-15,8%). As receitas não administradas pela RFB apresentaram, em janeiro, um crescimento real de R\$ 3,9 bilhões (12,6%) em relação ao mesmo mês de 2022, com destaque para a arrecadação com dividendos e participações que somou R\$ 6,3 bilhões em janeiro de 2023, proveniente em sua quase totalidade de pagamentos efetuados pela Petrobras, sem contrapartida em igual período do ano passado.

TABELA 2

Principais componentes da receita do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)
	jan./2022	jan./2023		Até jan./2022	Até jan./2023	
1-Receita Total	250.238	258.363	3,2	2.193.508	2.372.855	8,2
1.1 - Receita Administrada pela RFB	176.676	175.838	-0,5	1.360.989	1.421.314	4,4
1.1.01 Imposto de Importação	5.657	4.913	-13,2	69.072	59.662	-13,6
1.1.02 IPI	6.203	4.879	-21,4	79.373	59.987	-24,4
1.1.03 Imposto de Renda	89.024	98.886	11,1	593.090	692.390	16,7
1.1.04 IOF	4.975	5.400	8,5	56.974	60.796	6,7
1.1.05 Cofins	26.471	24.382	-7,9	304.725	280.800	-7,9
1.1.06 PIS/Pasep	7.492	8.282	10,5	84.460	82.597	-2,2
1.1.07 CSLL	33.926	27.676	-18,4	140.394	156.429	11,4
1.1.09 CIDE Combustíveis	257	2	-99,3	2.340	1.466	-37,4
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2.670	1.418	-46,9	30.560	27.187	-11,0
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-176	-57	-67,6
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	42.309	47.327	11,9	518.658	551.985	6,4
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	31.253	35.197	12,6	314.038	399.613	27,3
1.4.1 Concessões e Permissões	732	102	-86,1	10.818	47.108	335,4
1.4.2 Dividendos e Participações	-	6.308	-	47.716	94.650	98,4
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.396	1.233	-11,6	19.804	17.489	-11,7
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	19.219	16.927	-11,9	113.649	133.289	17,3
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.731	-	-100,0	18.776	19.816	5,5
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2.261	2.365	4,6	26.718	27.969	4,7
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	-	-	-	34	88	157,7
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5.915	8.263	39,7	76.522	59.205	-22,6
2. Transf. Por Repartição de Receita	35.122	30.435	-13,3	398.952	462.527	15,9
3. Receita Líquida (1-2)	215.117	227.927	6,0	1.794.556	1.910.328	6,5

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados; Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; LC – lei complementar.

Ao desagregar as despesas (tabela 3), fica evidente o impacto no crescimento real, em janeiro, das despesas com controle de fluxo, que subiram R\$ 14,8 bilhões (72,9%) em relação ao ano passado, tendo as despesas obrigatórias com controle de fluxo (influenciadas pelo pagamento do Auxílio Brasil) apresentado alta de R\$ 12,9 bilhões (76,4%) e as despesas discricionárias, expansão de R\$ 1,8 bilhão (55,2%). A essas, somam-se os acréscimos aos benefícios previdenciários – R\$ 2,8 bilhões (4,7%) – e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) – R\$ 1,6 bilhão (29,9%) –, totalizando um crescimento real de R\$ 19,1 bilhões (22,7%), em comparação com o mesmo mês do ano passado. Esse montante foi parcialmente compensado pela redução de outros itens de despesas obrigatórias, com destaque para pessoal e encargos sociais – R\$ 1 bilhão (-3,4%) – e créditos extraordinários – R\$ 2,4 bilhões (-67,2%) –, que resultaram em uma expansão da despesa total em janeiro de 2023 de R\$ 14,4 bilhões (10,8%), comparativamente ao mesmo mês de 2022.

TABELA 3
Principais componentes da despesa do governo central – preços constantes

Período	Mensal (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses (preços constantes, R\$ milhões de jan./2023)		Taxa de variação (%)
	jan./2022	jan./2023		Até jan./2022	Até jan./2023	
4. DESPESA TOTAL	133.871	148.312	10,8	1.804.482	1.854.578	2,8
4.1 Benefícios Previdenciários	58.909	61.678	4,7	792.568	816.564	3,0
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29.367	28.354	-3,4	365.392	344.188	-5,8
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	25.295	23.188	-8,3	342.869	300.414	-12,4
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	4.755	3.867	-18,7	50.015	65.178	30,3
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	6.262	6.934	10,7	75.580	81.206	7,4
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	3.624	1.190	-67,2	131.935	45.553	-65,5
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	499	0	-100,0	8.136	2.698	-66,8
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	5.224	6.788	29,9	25.969	35.223	35,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	628	956	52,3	12.269	15.607	27,2
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	352	332	-5,5	4.806	4.057	-15,6
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	200	224	11,7	21.042	17.623	-16,2
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	3.124	2.565	-17,9	9.081	15.162	67,0
4.3.10 Impacto Primário do FIES	309	0	-100,0	-1.874	443	-123,6
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	319	332	4,0	5.909	17.665	198,9
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	20.300	35.092	72,9	303.654	393.412	29,6
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	16.952	29.897	76,4	167.718	236.796	41,2
4.4.2 Despesas Discricionárias	3.348	5.196	55,2	135.935	156.616	15,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: Loas/RMV – Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia; PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Diretor Substituto)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Francisco Eduardo de Luna e Almeida Santos (Editor)

Estêvão Kopschitz Xavier Bastos (Editor)

Fábio Servo

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Leonardo Mello de Carvalho

Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti

Maria Andréia Parente Lameiras

Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa

Sandro Sacchet de Carvalho

Pesquisadores Visitantes:

Ana Cecília Kreter

Andreza Aparecida Palma

Antônio Carlos Simões Florido

Cristiano da Costa Silva

Felipe Moraes Cornelio

Paulo Mansur Levy

Sidney Martins Caetano

Equipe de Assistentes:

Alexandre Magno de Almeida Leão

Antonio Henrique Carlota de Carvalho

Caio Rodrigues Gomes Leite

Diego Ferreira

Diego Rosalino Marques

Felipe dos Santos Martins

Izabel Nolau de Souza

Marcelo Lima de Moraes

Pedro Mendes Garcia

Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges

Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
